



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2023.

Termo de Dispensa de Licitação nº 007/2023.

Processo Administrativo nº 006001/2022.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COBERTURA SECURITÁRIA (SEGURO) PARA ASSEGURAR VIDAS LIMITADAS A 250 ESTAGIÁRIOS REMUNERADOS DESTE PODER, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, E DO OUTRO, A EMPRESA **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A.**

Pelo presente instrumento, de um lado, a **Assembleia Legislativa do Estado do Pará**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de Belém, Estado do Pará, sito à Rua do Aveiro nº 130, Bairro Cidade Velha, CEP: 66020-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.018.544/0001-02, neste ato representada por seu Presidente, **Excelentíssimo Senhor Excelentíssimo Senhor Deputado Francisco das Chagas Silva Melo Filho**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº 5141170 PC/PA e CPF/MF nº 185.932.672-20, doravante denominada **CONTRATANTE**, de outro lado, a empresa **CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.602.745/0001-32, com sede na Rua São Clemente nº 38 – 7º Andar, Bairro Botafogo, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 22.260-900, Telefones (21) 2536.7627 / 4009.5013 / 4009.5030 / 99658.8643 / 4000.1130 / 0800.940.1130, site: www.capemisa.com.br, e-mails: licitacoes@capemisa.com.br / faleconosco@capemisa.com.br, neste ato representada pelos Senhores **Fábio dos Santos Meziat Lessa**, Diretor, brasileiro, divorciado, administrador, portador da Carteira de Identidade nº 09.608.168-2, CPF nº 035.337.017-78, residente e domiciliado na Rua Paulo Barreto nº 21, Apto. 202, bairro Botafogo/RJ, Cep 22.280-010 e **Marcio Augusto Leone Koenigsdorf**, Diretor Financeiro, brasileiro, casado, economista, Diretor Financeiro, portador da Carteira de Identidade nº 102201217, expedida pela DIC/RJ e do CPF nº 105.836.317-46, residente e domiciliado na Av. das Américas nº 19.000, B5-1, Casa 187-1, bairro Recreio/RJ, Cep 22.790-704, Telefone (21) 99658.8643, E-mail: licitacoes@capemisa.com.br, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, referente ao Processo Administrativo nº 006001/2022, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores; Lei Federal nº 8.078/90 e alterações posteriores, bem como, pelas disposições do **Termo de Dispensa de Licitação nº 007/2023**, os quais as partes reciprocamente outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO AMPARO LEGAL

O presente Contrato Administrativo tem como fundamentos jurídicos o Termo de Dispensa de Licitação nº 007/2023; Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como, pela Lei Federal nº 8.078/90 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COBERTURA SECURITÁRIA (SEGURO) PARA**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ASSEGURAR VIDAS LIMITADAS A 250 ESTAGIÁRIOS REMUNERADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência, anexo aos autos do Processo Administrativo nº 006001/2022.

2.1. A prestação de serviços objeto deste Contrato obedecerá ao nele estipulado, além das obrigações assumidas na proposta de preços da Contratada sob nº 14.788-0, independentemente de transcrição, a qual é parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrarie.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para atender às despesas decorrentes deste Contrato estão previstos na dotação orçamentária, para o exercício de 2023, sob a seguinte classificação funcional programática:

- 01.101 – Assembleia Legislativa do Estado do Pará
- 01.122.1496.8552 – Operacionalização das Ações Administrativas
 - 3.0.00.00 – Despesas Correntes
 - 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
 - 3.3.90.00 – Aplicação Direta
 - 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

Com base na proposta que apresentou o menor preço, atendendo as especificações da Cláusula Segunda do presente instrumento contratual, fica a Contratante obrigada a pagar à Contratada o valor mensal de **R\$ 437,50 (quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos)**, totalizando o valor anual de **R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais)**, conforme as especificações de formação de preços abaixo:

4.1. Coberturas e capitais segurados:

Morte Acidental (M.A.)	Invalidez Permanente Total ou Parcial Por Acidente (I.P.A.)	Prêmio Mensal Individual (R\$)	Qtde. de Vidas	Capital Segurado Individual (R\$)	Prêmio Total Mensal (R\$)	Prêmio Total Anual (R\$)
100%	Até 100%	1,75	250	15.000,00	437,50	5.250,00

4.2. A CONTRATADA emitirá Apólice de Seguro de Acidentes Pessoais Coletivo aos estagiários remunerados da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, abrangendo os seguintes eventos:

a) **Morte Acidental:** garante ao(s) beneficiário(s), em caso de morte do Segurado ocasionada, exclusivamente por acidente pessoal coberto, ocorrido durante a vigência da Apólice o pagamento de uma indenização em valor equivalente ao percentual do capital segurado individual escolhido para essa garantia.

b) **Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente:** garante ao Segurado, o pagamento de uma indenização relativa à perda, à redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão, por lesão física, causada por acidente pessoal coberto, ocorrido durante a vigência da Apólice, limitada a até o percentual do capital segurado individual escolhido para essa garantia. Para o cálculo da indenização deverá ser levado em consideração o percentual correspondente constante da TABELA PARA CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO EM CASO DE INVALIDEZ PERMANENTE, constante das Condições Especiais, parte integrante deste Contrato, limitado ao valor do capital segurado individual dessa garantia;

4.3. O capital segurado será uniforme para todos os segurados.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4.4. Os preços apresentados, deverão incluir seguros, taxas e demais encargos livres de ônus adicionais de qualquer natureza.

4.5. O valor anual, bem como as parcelas mensais poderão ter variação em função de mudança quantitativa no quadro de estagiários da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS

5.1. A cobertura do seguro será para estagiários com idades compreendidas na faixa etária entre 14 e 70 anos.

5.2. A cobertura do seguro deverá ocorrer durante as 24 (vinte e quatro) horas do dia, garantindo os riscos relativos às atividades profissionais e extraprofissionais, ocorridos em qualquer parte do Estado do Pará.

5.3. A seguradora possibilitará a inclusão de novos estagiários no decorrer da vigência da Apólice, sem custo adicional, ressalvado o disposto no item 4.5 da Cláusula anterior, garantindo a cobertura a partir da data de admissão na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, limitando-se a 250 estagiários, conforme consta do objeto neste Contrato.

5.4. A seguradora também possibilitará a exclusão de estagiários, a qualquer tempo, durante o período de duração da Apólice.

5.5. Os documentos relativos à inclusão e exclusão de estagiários serão encaminhados mensalmente pela CONTRATANTE à CONTRATADA, mantendo-se atualizada a listagem dos segurados.

CLÁUSULA SEXTA – DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

6.1. O objeto se caracterizará pela contratação coletiva empresarial de cobertura de seguro de Acidentes Pessoais Coletivo aos estagiários remunerados da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, além daqueles que venham a ingressar, posteriormente, no seu Programa de Estágios.

6.2. A Seguradora disponibilizará cópia da Apólice do Seguro de Acidentes Pessoais Coletivo a todos os segurados; contendo número do certificado, capital segurado, data do início do risco, nome do estipulante e do segurado e menção à Cláusula Beneficiária, de conformidade com a legislação vigente.

6.3. A Seguradora disponibilizará canal de comunicação aos gestores da Contratante, bem como aos segurados, por telefone, internet e atendimento personalizado através de um escritório / Representante situado na cidade de Belém, ou que vai implementar sua instalação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da emissão da Nota de Empenho, com toda a infraestrutura necessária para a sua perfeita execução, a fim de garantir comunicação eficaz e agilidade dos processos e sinistros.

6.4. A seguradora responderá a qualquer solicitação feita pela CONTRATANTE através de memorandos / ofícios devidamente registrados pela CONTRATADA até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da solicitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA INCLUSÃO E EXCLUSÃO DOS SEGURADOS

7.1. A inclusão e exclusão dos segurados serão processadas mensalmente, através de envio pela Contratante, da relação, por meio eletrônico, contendo nome completo, RG, CPF, data do nascimento e data de admissão dos Estagiários vinculados ao Programa de Estágio.

CLÁUSULA OITAVA – DO ÂMBITO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços do Seguro de Acidentes Pessoais Coletivo para os estagiários da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, serão prestados nas Comarcas localizadas em todo o estado do Pará.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8.2. O domicílio da CONTRATANTE será: Praça Dom Pedro II, nº 130, Bairro Cidade Velha, Belém – Pará, Cep 66.020-070.

8.3. O pagamento será efetuado mensalmente, após o 8º dia da apresentação pela CONTRATADA da Fatura discriminativa, que será conferida e aprovada pela Gerência de Estágio, mediante ATESTO emitido pela Diretoria de Gestão Funcional.

8.4. Nenhum pagamento será efetuado, enquanto estiver pendente a entrega da relação atualizada, contendo os dados dos segurados (incluídos e excluídos), que será fornecida mensalmente pela CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA – DA ENTREGA DAS APÓLICES

As apólices de seguro deverão ser entregues no Departamento de Gestão de Pessoas, na Gerência de Estágio, na Rua do Aveiro nº 130, Prédio sede da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Bairro Cidade Velha, Belém – Pará, Cep: 66.020-070.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA APÓLICE

O prazo de vigência da Apólice será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, devendo vigorar a partir do 5º dia útil do recebimento da Nota de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PRAZO PARA PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO AOS BENEFICIÁRIOS

11.1. Na eventual ocorrência de sinistro, a CONTRATADA deverá efetuar o pagamento do prêmio aos beneficiários no prazo de até 30 (trinta) dias a partir da efetiva entrega da documentação necessária à regulação do sinistro, desde que após análise prévia, o sinistro seja devido.

11.2. No caso de solicitação de documentação e/ou informação complementar, o prazo de que trata o item anterior será suspenso, voltando a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1. O cumprimento das obrigações constantes da Apólice de seguros será acompanhado e fiscalizado pela Diretoria de Gestão Funcional da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, através da Gerência de Estágio.

12.2. O gestor, formalmente designado, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou impropriedades observadas.

12.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante da Diretoria de Gestão Funcional – DGF, deverão ser solicitadas ao seu superior, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

12.4. Além do acompanhamento e da fiscalização da execução dos serviços, o gestor poderá, ainda, sustar qualquer serviço que, por ocasião de sinistro, esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

12.5. À fiscalização compete encaminhar à Secretaria de Administração, o documento que relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas à CONTRATADA.

12.6. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

13.1. A apólice terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser renovada por iguais períodos, até o máximo de 60 meses, conforme art. 57, inciso II da Lei Federal nº



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8.666/93, salvo se qualquer uma das partes comunicarem, mediante aviso prévio, o desinteresse na renovação da apólice que deverá ser comunicado com antecedência de 60 (sessenta) dias do final da vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, desde que haja interesse da Administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas;

14.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor pactuado, conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO REAJUSTE

O valor da prestação dos serviços objeto deste Contrato, serão fixos e irrevogáveis.

15.1. Ao final de cada período de vigência anual da Apólice será apurado o seu resultado econômico-financeiro e, caso este seja insatisfatório, as condições em vigor poderão ser renegociadas pelas partes."

15.2. No caso de renovação dos serviços, os capitais segurados e os prêmios serão atualizados monetariamente, em cada aniversário da Apólice, pelo IPC (Índice de Preços ao Consumidor) divulgado pela FGV (Fundação Getúlio Vargas) acumulado nos 12 (doze) meses que antecedam o mês do aniversário da apólice.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado à Contratada pelo Departamento Financeiro da Contratante, no prazo de até 30 (trinta) dias, conforme o art. 40, XIV, alínea "a" da Lei Federal nº 8.666/93 a contar da data da apresentação da fatura, emitida de acordo com a legislação fiscal vigente, devidamente atestados pela unidade administrativa responsável pela fiscalização dos serviços adquiridos.

16.1. O pagamento será creditado no **Banco Itaú, Agência: 1896, Conta Corrente nº 05351-7**, através de Ordem Bancária;

16.2. O pagamento somente será efetuado após a comprovação pela Contratada, de que se encontra regular com as suas obrigações, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito junto ao INSS; FGTS e Justiça do Trabalho (CNDT), além de comprovantes de regularidade fiscal para com as Fazendas Públicas Federal e Estadual;

16.3. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias ao equacionamento da pendência, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo;

16.4. Não efetuado o pagamento pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará no prazo fixado acima, e desde que não haja culpa da Contratada, os valores correspondentes à fatura serão atualizados financeiramente com base no critério abaixo especificado, consoante prevê o art. 40, XIV, "c", da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Monetários

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de atualização financeira = 0, 0,00016438, assim apurado:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. Emitir a(s) apólice(s) de seguro no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, após o correspondente pagamento; garantindo o pagamento de uma indenização aos Segurados ou a seus beneficiários até o valor das importâncias seguradas; de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

17.2. Emitir documento que contenha os dados dos segurados, coberturas, valores contratados (importância seguradas), vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como, modificações que produzam durante a vigência do seguro, alterado através do endosso;

17.3. Permanecer como única e total responsável perante a CONTRATANTE, inclusive do ponto de vista técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de situações decorrentes de eventuais sinistros;

17.4. Enviar, mensalmente, para a Gerência de Estágio uma relação com as vidas asseguradas da Assembleia Legislativa do Estado do Pará;

17.5. Enviar mensalmente a fatura com antecedência mínima de 15 dias do vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

18.1. Cumprir todas as normas e condições estabelecidas;

18.2. Assegurar à CONTRATADA o pronto pagamento do prêmio do seguro;

18.3. Informar a CONTRATADA, por meio eletrônico, relação completa dos estagiários contendo nome completo, RG, CPF, data do nascimento, seu beneficiário e data de admissão dos mesmos, quando do envio da Nota de Empenho que trata a Cláusula Sétima deste Contrato.

18.4. Informar a CONTRATADA sempre que houver inclusão /exclusão de estagiários;

18.5. Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e as condições necessárias à cobertura dos seguros pretendidos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PENALIDADES

No caso da Contratada, deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas neste Contrato, ou usar de má fé, ficará sujeita as penalidades abaixo discriminadas, assegurado seu direito ao contraditório e a ampla defesa.

19.1. Advertência

Advertência pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução ou na sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Poder;

19.2. Multa

19.2.1. De 0,1% sobre o valor total da **Nota de Empenho** a cada reincidência do motivo determinante da aplicação da penalidade de advertência;

19.2.2. De 0,1% ao dia, sobre o valor total do **objeto adjudicado**, nos casos de atraso injustificado de até 05 dias nos casos de:

I. Retirada/aceite da Nota de Empenho.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

19.2.3. Após o 15º dia de atraso do prazo previsto para entrega ou substituição do objeto contratado, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como inexecutado;

19.2.4. De 0,1% ao dia, sobre o valor total da **Nota de Empenho**, nos casos de atraso injustificado de até 05 dias nos casos de:

- I. Entrega do objeto contratado;
- II. Substituição do objeto contratado.

19.2.6. De 10% sobre o valor da obrigação pendente nos casos de:

- I. Entrega parcial do objeto contratado;
- II. Não substituição do objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução parcial;
- III. Recusa injustificada em retirar/aceitar a Nota de Empenho, desde que configure inexecução parcial;
- IV. Outras hipóteses inexecução parcial.

19.2.7. De 15% sobre o valor total do **objeto adjudicado**, nos casos de:

- I. Recusa injustificada em retirar/aceitar a Nota de Empenho desde que configure inexecução total;
- II. Recusa injustificada em iniciar a entrega do objeto contratado;
- III. Não substituição de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução total;
- IV. Outras hipóteses de inexecução total do objeto contratado.

19.2.8. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

19.2.9. O valor da multa aplicada será descontado do crédito devido à Contratada no mês em que a fase, parcela ou etapa dos serviços for efetivamente concluída, caso o valor da multa seja superior ao crédito ou não haja crédito devido à empresa, a multa será cobrada administrativamente por este Poder, ou ainda judicialmente.

19.3. Suspensão

Pelo descumprimento, injustificado e/ou não aceito pela Administração, das obrigações assumidas neste Contrato, bem como, nos casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado, aplicar-se-á Suspensão Temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com este Poder, pelo período de até 02 (dois) anos, na seguinte graduação:

- I. Por 06 (seis) meses, pelo descumprimento, injustificado e/ou não aceito pela Administração, das obrigações assumidas neste Contrato;
- II. 01 (um) ano, nos casos de inexecução parcial do objeto contratado;
- III. 02 (dois) anos, nos casos de inexecução total do objeto contratado.

19.4. Impedimento de Licitar

Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, à Contratada que:

- I. Apresentar documentação falsa;
- II. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- III. Não mantiver a proposta;
- IV. Falhar ou fraudar na execução do objeto contratado;
- V. Comportar-se de modo inidôneo;
- VI. Fizer declaração falsa;
- VII. Cometer fraude fiscal.

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ****COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****19.5. Declaração de Inidoneidade**

No caso de inexecução do objeto contratado que configure ilícito penal, assim como no caso de a Contratada fraudar ou agir de má fé durante a execução do Contrato, será declarada a sua inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA CARÊNCIA

Para todas as Cláusulas de Garantias deste Seguro há carência na hipótese de sinistro decorrente de suicídio do Segurado, ou a(s) sequela(s) de sua tentativa, nos 2 (dois) primeiros anos de sua inclusão individual no Seguro.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Por descumprimento de quaisquer das cláusulas ou condições estabelecidas neste Contrato, assim como a ocorrência de qualquer das situações previstas nos incisos I a XI, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, poderá a CONTRATANTE rescindir o presente Contrato, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA pela indenização por perdas e danos e pela multa compensatória de 10%, calculada sobre o valor total deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

Elegem as partes, o Foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas, pretensões ou direitos decorrentes do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor.

Belém-PA, 18 de abril de 2023.

Francisco Melo (Assinatura)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
Presidente, Deputado Francisco das Chagas Silva Melo Filho
CONTRATANTE

DocuSigned by:

FS

85F8A6779C81451...

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
Fábio dos Santos Meziat Lessa, Diretor
CONTRATADA

DocuSigned by:

Marcio Augusto Leone Koenigsdorf

4666B265E30B47C...

CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDÊNCIA S/A
Marcio Augusto Leone Koenigsdorf, Diretor Financeiro
CONTRATADA

DS
GFR

DS
SWV

Gabriel Franco Rodri...

Silvia werneck
8
DS
WLC